

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



11
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Santos, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Nathalia de Oliveira, Paulo Jacob Inguane, Pedro Lange Netto Machado, Rafaela Rodrigues Blanco Guimarães, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

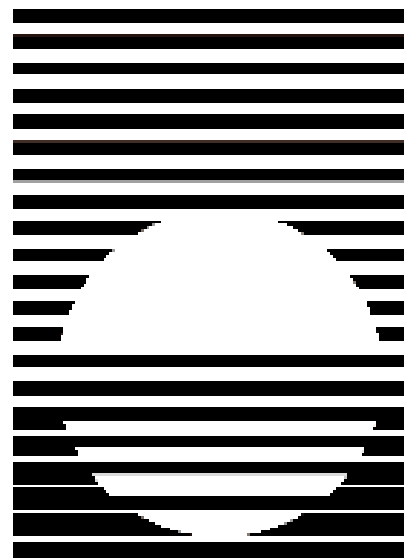
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasileiro é eleito para presidir o Banco Interamericano de Desenvolvimento pela primeira vez

Governo de transição prepara mudanças na política externa brasileira

Página 05

Lula vai à COP27 e destaca mudança de rumos para políticas ambiental, climática e externa do Brasil

Alberto Fernández participa de reuniões do G20 e COP27

Página 06

Petro promove agenda internacional da Colômbia para região Amazônica na COP27

Após encontro com delegação do WikiLeaks, Petro e Lula declaram apoio à causa de Assange

Página 07

Governo uruguaio anuncia intenção de ingressar na Parceria Transpacífica

Crise no Peru provoca cancelamento da cúpula da Aliança do Pacífico no México

Página 08

CIJ termina julgamento do caso do rio Silala

Governo venezuelano e oposição retomam diálogo em encontros multilaterais

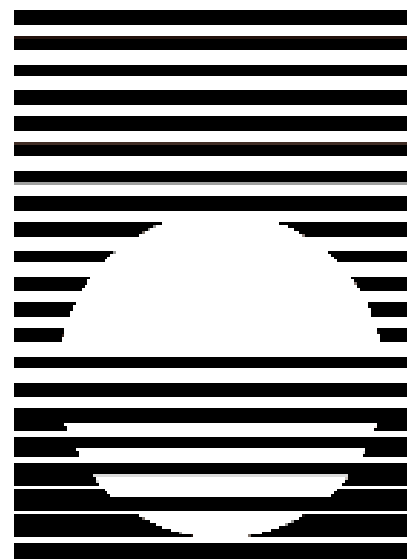
Página 09

Articulações diplomáticas e posições de países do Sul Global na COP27

Cúpula do G20 é marcada por ativismo chinês e isolamento russo

Página 10

Avanço ucraniano renova expectativa por abertura russa ao diálogo



Brasileiro é eleito para presidir o Banco Interamericano de Desenvolvimento pela primeira vez

No dia 26 de setembro, Mauricio Claver-Carone, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi demitido após investigações sobre seu envolvimento pessoal com uma funcionária do banco e uma consequente violação do código de ética da instituição. Claver-Carone foi investigado por gastos excessivos com diárias de hotéis para manter o relacionamento e por dois aumentos salariais para a subordinada com quem mantinha relações. Com isso, foram convocadas novas eleições junto à Assembleia de Governadores, onde os representantes dos países-membros poderiam apresentar candidatos. Com votação prevista para 20 de novembro, cinco países apresentaram candidatos: Brasil (Ilan Goldfajn), Argentina (Cecilia Todesca Bocco), México (Gerardo Esquivel Hernández), Chile (Nicolás Eyzaguirre Guzmán) e Trinidad e Tobago (Gerard Johnson). A candidatura brasileira, proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo chanceler, Carlos França, foi costurada junto aos EUA durante as reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial ao longo do mês de outubro. Inicialmente, a candidatura brasileira causou mal-estar na região, principalmente pelo fato de o candidato não haver renunciado à diretoria do Hemisfério Ocidental do FMI, o que foi visto como conflito de interesse e falta de isonomia com os demais candidatos egressos do organismo internacional, que renunciaram a seus cargos para concorrer à presidência. Uma das preocupações era uma possível oposição do presidente eleito brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que foi contornada através de interlocução com Fernando Haddad, que negou a existência de objeções do futuro governo à sua candidatura, auxiliando o candidato a se apresentar como “técnico” e “apartidário”. Três horas antes da realização da eleição, o governo argentino retirou sua candidatura para apoiar a candidatura brasileira, o que permitiu que Ilan Goldfajn fosse eleito com 80,1% dos votos. Com posse prevista para 19 de dezembro, Ilan Goldfajn presidirá o BID pelos próximos cinco anos, podendo ser reeleito para mais um mandato. Entre suas prioridades, estão a infraestrutura física e digital; o combate à pobreza, desigualdade e insegurança alimentar; o enfrentamento às mudanças climáticas; e a proteção da biodiversidade.

Fontes: [Uol](#), 27/09/2022; [Carta Capital](#), 16/11/2022; [O Globo](#), 17/11/2022; [Valor Econômico](#), 20/11/2022; [G1](#), 20/11/2022.

Governo de transição prepara mudanças na política externa brasileira

O vice-presidente eleito do Brasil, Geraldo Alckmin, anunciou no dia 16 de novembro os primeiros nomes que comporiam o grupo de trabalho (GT) das Relações Exteriores dentro do gabinete de transição presidencial do governo Lula. Entre os nomes, destacavam-se o principal conselheiro internacional de Lula, Celso Amorim, o peessedebista e ex-ministro das Relações Exteriores de Temer, Aloysio Nunes Ferreira, e o diplomata Audo Faleiro, que foi assessor para assuntos internacionais de Lula e Dilma e hoje é responsável pela ligação entre a equipe de transição e o Itamaraty. Além deles, o GT seria composto pelo ex-governador e ex-ministro da educação, Cristovam Buarque, pelo ex-secretário de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, e por Monica Valente e Romênio Pereira, ambos ligados à secretaria de relações internacionais do PT. Uma defasagem era a pequena presença de mulheres na equipe, o que foi sanado com a incorporação de novas integrantes na semana seguinte. As quatro novas integrantes eram da área acadêmica: Maria Regina Soares de Lima, do IESP/UERJ, Adriana Abdenur, da plataforma Cipó, Fátima Mello, do IRI/PUC-Rio, e Maria Silvia Portela de Castro. Entre os desafios de política externa elencados para serem debatidos pela equipe de transição estavam a reativação da UNASUL, a volta do Brasil à CELAC, a organização de uma cúpula da OTCA no Brasil, a recomposição de relações com o governo Maduro na Venezuela, a reconstrução de confiança com os EUA e a Europa e o maior envolvimento em debates estratégicos da ONU, como a crise do Haiti. Após se reunir, o GT de relações internacionais sugeriu em relatório a reestruturação do Itamaraty com a reabertura das embaixadas fechadas pelos últimos governos na África e Caribe, bem como a criação de secretarias específicas para América Latina, África, Oriente Médio, Meio Ambiente, Comunidade Brasileira Internacional e Ciência e Tecnologia. Aproveitando o momento de debates, no dia 23 de novembro, 105 entidades da sociedade civil enviaram uma carta à equipe de transição pedindo a retirada do Brasil do Consenso de Genebra, aliança de países ultraconservadores que se articula em votações

internacionais para defender a restrição dos direitos reprodutivos das mulheres. O governo de transição também se articula com o Congresso e membros do atual governo para travar ações que possam causar prejuízo ao projeto de política externa da próxima gestão. Em uma articulação que envolveu os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Espiridião Amim, aliados do presidente Lula conseguiram barrar as indicações de Bolsonaro para três postos estratégicos: as embaixadas da Argentina, Itália e Vaticano. Por fim, o GT da área energética da equipe de transição se reuniu com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e pediu a suspensão da venda de ativos da Petrobrás. O ministro se dispôs a intermediar uma reunião entre a equipe de transição e a diretoria da estatal, que foi realizada no dia 28, mas terminou sem compromissos concretos.

Fontes: [Veja](#), 16/11/2022; [Folha de São Paulo](#), 22/11/2022; [Folha de São Paulo](#), 22/11/2022; [O Globo](#), 25/11/2022; [O Globo](#), 27/11/2022; [Valor Econômico](#), 28/11/2022; [CNN Brasil](#), 02/12/2022.

Lula vai à COP27 e destaca mudança de rumos para políticas ambiental, climática e externa do Brasil

Em novembro, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito do Brasil, esteve na COP27, realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito. O presidente foi ao evento a convite de Abdel Fatah al-Sisi, presidente egípcio, e contou com uma agenda cheia. Lula também foi formalmente convidado a estar no evento por Helder Barbalho, governador do Pará. Reuniões bilaterais constaram na agenda, como as com John Kerry, enviado especial para o clima dos Estados Unidos, Xie Zhenhua, enviado para o clima da China, representantes da União Europeia e António Guterres, Secretário Geral da ONU, entre outros. Além de Lula, também estiveram presentes no evento outros políticos e autoridades brasileiras, como Fernando Haddad, Marina Silva, Izabella Teixeira e a primeira-dama Janja da Silva, além de parlamentares como Randolfe Rodrigues, Alessandro Molon e Rodrigo Agostinho. Nos eventos oficiais da COP27, a agenda de Lula também foi intensa: participou de reuniões com a sociedade civil brasileira, com lideranças indígenas e de um painel com representantes do Consórcio de Estados

da Amazônia Legal. O discurso oficial de Lula foi um dos eventos mais aguardados, disputados e assistidos da COP27. Em sua fala, o presidente enfatizou que o Brasil irá mudar o rumo das políticas climáticas e ambientais brasileiras, a partir da revitalização de organismos de monitoramento e combate a crimes ambientais, a atualização de uma política externa que dê centralidade à agenda climática e a retomada da importância de organismos como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a política externa brasileira. Lula afirmou, também, que o Brasil irá se comprometer com a realização de uma cúpula presidencial da OTCA e colocou o país à disposição para ser a sede da COP30, a ser realizada em 2025. O discurso de Lula repercutiu amplamente na mídia e na comunidade internacional com a mensagem de que “o Brasil está de volta”, e a presença do presidente foi um dos destaques do evento. A viagem foi a primeira ida ao exterior do presidente eleito.

Fontes: [G1](#), 01/11/2022; [Uol](#), 08/11/2022; [G1](#), 16/11/2022; [Carta Capital](#), 16/11/2022.

Alberto Fernández participa de reuniões do G20 e COP27

No mês de novembro, a Argentina marcou presença na 17ª reunião de cúpula do G20, realizada em Bali (Indonésia), e na 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), sediada em Sharm El Sheikh (Egito). No G20, o foco do presidente Alberto Fernández e do ministro da Economia, Sergio Massa, foram os encontros bilaterais com o governo da China e com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ambas as prioridades refletem a crise econômica experimentada pelo país, que segue sofrendo com desequilíbrios macroeconômicos, como altos índices inflacionários e forte desvalorização cambial. Em Bali, a diretora-geral do FMI, Kristalina Gueorguieva, sinalizou considerar o pedido argentino de redução de encargos da dívida do país com o fundo, tendo em vista as consequências da guerra na Ucrânia sobre sua capacidade de pagamento. Paralelamente, o encontro com o Xi Jinping rendeu à Argentina avanços em acordos de investimentos em infraestrutura e de swap cambial. Já na COP27, o país fez uso de sua presidência pró-tempore na CELAC para apresentar uma declaração conjunta de seus membros, cobrando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia

de países de economia avançada aos do sul global. A pressão é, em parte, respaldada por um estudo recente do Banco Mundial, que avalia que a transição a uma economia global de baixo carbono representa uma oportunidade de incremento de cerca de 3% do PIB argentino, em função de potenciais transformações nos setores de energia e agricultura no país.

Fontes: [Cronista](#), 05/11/2022; [Clarín](#), 07/11/2022; [Ministerio do Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina](#), 09/11/2022; [Clarín](#), 15/11/2022; [Infobae](#), 17/11/2022; [Clarín](#), 17/11/2022; [Clarín](#), 18/11/2022.

Petro promove agenda internacional da Colômbia para região Amazônica na COP27

Entre os dias 7 e 8 de novembro, o presidente colombiano Gustavo Petro esteve na COP27, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022. Durante o evento, que ocorreu na cidade egípcia de Sharm El Sheik entre os dias 6 e 18 de novembro, o presidente comentou sobre o “fracasso” das edições anteriores em deter a crise climática, dado que os Estados ainda dependem em boa parte de petróleo e carbono. Além disso, fez um chamado para salvar a floresta amazônica, assunto relevante na sua agenda. Para isso, apresentou dez pontos principais para combater a crise climática, entre eles: os alertas à necessidade de mobilização humana para o combate às mudanças climáticas; as críticas feitas ao mercado, apontado como principal autor da crise climática; a necessidade de um plano global de descarbonização imediata; o aporte anual por um período de 20 anos de duzentos milhões de dólares por parte da Colômbia para salvar a floresta amazônica, e a convocação dos demais Estados na iniciativa; a demanda da implementação de um programa pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de substituição da dívida por investimentos em adaptação e mitigação, mencionando que as políticas de bloqueio econômico não favorecem a democracia; e a necessidade de iniciar as negociações de paz, já que a guerra seria responsável por retirar um tempo vital da humanidade para evitar sua extinção. O discurso de Petro foi bem recebido na Venezuela, à medida que o país possui, assim como a Colômbia, territórios na Região Amazônica. Maduro relembrou ainda que o compromisso de preservar a floresta será levado adiante junto a outros países como Brasil, Equador, Peru, Guiana e Suriname, através da

reativação da Organização do Tratado Amazônico. Logo após deixar o Egito, a agenda internacional para o clima do presidente colombiano contou ainda com uma visita a Paris, onde se reuniu com o presidente francês Emanuel Macron para tratar da já comentada retomada das conversas entre a oposição e o governo na Venezuela, além de questões relacionadas à transição energética e à região Amazônica. A França já havia respaldado a proposta colombiana de revitalização total da floresta local e se comprometeu ainda em ajudar financeiramente a iniciativa através da União Europeia.

Fontes: [El Colombiano](#), 04/11/2022; [Uol](#), 07/11/2022; [El Tiempo](#), 07/11/2022; [El Tiempo](#), 07/11/2022; [El Colombiano](#), 08/11/2022; [El Colombiano](#), 10/11/2022; [El Espectador](#), 10/11/2022; [El Tiempo](#), 11/11/2022.

Após encontro com delegação do WikiLeaks, Petro e Lula declaram apoio à causa de Assange

Julian Assange, fundador do WikiLeaks, está preso em Londres desde 2019, depois de passar sete anos na Embaixada do Equador na cidade e ter seu asilo diplomático revogado pelo governo equatoriano. O jornalista é acusado nos EUA por dezoito crimes de espionagem e o país tenta obter sua extradição há alguns anos. Em junho deste ano, após negar a extradição aos EUA algumas vezes, finalmente a justiça britânica aceitou o pedido, porém a decisão está sujeita a recurso. Tendo esse cenário em vista, no dia 21 de novembro, uma delegação do WikiLeaks, composta pelo editor-chefe Kristinn Hrafnsson e pelo embaixador da organização Joseph Farrell, visitou a Colômbia com o objetivo de reunir apoio presidencial para a causa do jornalista. O presidente colombiano, Gustavo Petro, declarou seu apoio e prometeu solicitar ao presidente Joe Biden que retire as acusações contra Assange, argumentando que defende a liberdade de expressão e de imprensa e que um jornalista não pode ser preso por dizer a verdade. Ele também sinalizou que pretende buscar uma aliança com outros presidentes da região para advogar pela liberdade de Assange. No dia 28 de novembro, após a visita a Petro, Hrafnsson e Farrell também estiveram no Brasil e se encontraram com o presidente recém-eleito Lula, que declarou seu apoio à causa de Assange. Os esforços da delegação do WikiLeaks fazem parte da tentativa de obter apoio político internacional contra a extradição de Assange para os EUA, indo além da disputa oficial nos

tribunais. Hrafnsson também destacou que os ventos de mudança política na América Latina caracterizam o momento certo para buscar auxílio para Assange na região, argumentando que as acusações contra o jornalista são de cunho político e ameaçam os direitos humanos e a liberdade de imprensa.

Fontes: [Semana](#), 21/11/2022; [Semana](#), 22/11/2022; [El Tiempo](#), 22/11/2022; [Folha de São Paulo](#), 25/11/2022; [Poder360](#), 29/11/2022.

Governo uruguaio anuncia intenção de ingressar na Parceria Transpacífica

No dia 18 de novembro de 2022, o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, convocou uma reunião com parlamentares integrantes da coalizão de governo e com membros da oposição, capitaneada pela Frente Ampla. O objetivo de Lacalle Pou foi prestar esclarecimentos sobre a pretensão uruguaia de aderir ao Acordo de Associação Transpacífico (TPP, na sigla em inglês). Os integrantes da base de apoio do governo manifestaram-se favoravelmente à ideia do presidente, embora tenham feito a ressalva de que seria importante aguardar o processo de transição de governo no Brasil para dialogar com a nova administração do país vizinho. Essa espera serviria para reduzir as tensões que podem se intensificar dentro do Mercosul. O presidente da Frente Ampla, Fernando Pereira, afirmou que o partido analisaria a intenção do governo, mas ponderou que o Mercosul é uma plataforma de inserção internacional fundamental para o Uruguai, de modo que as posições dos demais membros do bloco deveriam ser ouvidas. A despeito dessa reunião, Lacalle Pou decidiu seguir em frente e anunciou que o governo apresentaria ao TPP uma carta de adesão no dia 1º de dezembro. Essa decisão gerou uma reação de Argentina, Brasil e Paraguai. Em nota conjunta divulgada pela chancelaria argentina, os três países informaram que, diante da insistência uruguaia de costurar acordos comerciais por meio de negociações individuais, poderiam tomar medidas que julguem necessárias para defender seus interesses nos âmbitos jurídico e comercial. Em resposta, Lacalle Pou afirmou que entendia a reclamação dos países vizinhos, porém ressaltou que o Uruguai estava se amparando nas normas do direito internacional e que trataria do tema na próxima reunião de cúpula do Mercosul, que ocorrerá em dezembro, na capital uruguaia.

Fontes: [El País](#), 18/11/2022; [El Observador](#), 18/11/2022; [ElObservador](#), 30/11/2022; [ElObservador](#), 30/11/2022; [Folha de São Paulo](#), 30/11/2022.

Crise no Peru provoca cancelamento da cúpula da Aliança do Pacífico no México

No dia 17 de novembro, o Congresso peruano negou ao presidente Pedro Castillo permissão para viajar ao México, onde participaria da cúpula da Aliança do Pacífico. Com isso, o presidente mexicano, Andrés López Obrador, propôs que o evento ocorra no Peru, em data ainda a ser definida. Obrador criticou a atitude dos parlamentares peruanos, que, pela terceira vez, impedem Castillo de cumprir compromissos oficiais fora do Peru, sob o argumento de que o mandatário precisa permanecer no país para resolver a crise política doméstica. A decisão do Legislativo ocorreu horas após o primeiro-ministro, Aníbal Torres, protocolar uma “questão de confiança” para revogar a Lei nº 31399, aprovada em dezembro de 2021, que restringe a possibilidade de convocar referendos. A iniciativa de Torres foi lida por setores da oposição como uma investida para forçar o fechamento do Congresso, pois a Constituição do país prevê que, se os parlamentares negarem o voto de confiança ao Conselho ministerial duas vezes seguidas, o presidente tem a prerrogativa de convocar novas eleições parlamentares. Ciente disso, o presidente do Congresso, José Williams, opositor do governo, optou por não colocar a questão em votação. O Executivo, por sua vez, interpretou a omissão de Williams como uma resposta negativa ao seu requerimento e dissolveu o gabinete ministerial, conforme determina a Constituição nos casos em que a confiança é rejeitada. No entanto, o Tribunal Constitucional acenou em favor dos congressistas, ao declarar como infundada a demanda do governo. A escolha da nova primeira-ministra, Betsy Chávez, já vem sofrendo críticas por conta de supostos crimes de corrupção cometidos pela premiê, que vêm sendo investigados pelo Ministério Público. Embora Chávez, no seu discurso de posse, tenha tentado arrefecer os ânimos e propor um diálogo com a oposição, os conflitos entre os poderes parecem estar longe do fim. No dia 29 de novembro, o congressista Edward Málaga conseguiu reunir assinaturas suficientes para iniciar um novo processo de moção de vacância contra Castillo. Nas duas tentativas anteriores, em 28 de julho de 2021 e em 29 de março de 2022, os

opositores não conseguiram angariar a quantidade de votos necessária para destituí-lo.

Fontes: [La República](#), 18/11/2022; [Giro Latino](#), 19/11/2022; [Gestión](#), 24/11/2022; [El Comercio](#), 24/11/2022; [El Comercio](#), 25/11/2022.

CIJ termina julgamento do caso do rio Silala

Em abril deste ano, Chile e Bolívia fizeram suas alegações perante a Corte Internacional de Justiça sobre a questão do uso das águas do rio Silala, que cruza os dois países. Enquanto o Chile defendeu a declaração do Silala como um rio internacional, favorecendo o uso razoável e equitativo da água entre os dois países, os bolivianos buscaram comprovar que o curso do rio havia sido alterado para passar no território chileno. No dia 1º de dezembro, sete meses após a apresentação das alegações, a CIJ declarou o caráter internacional do Silala, favorecendo a acusação dos representantes chilenos. Com isso, tanto Bolívia como Chile terão o direito de utilizar as águas do rio sem ter que pagar qualquer tipo de compensação um para o outro. Horas após o pronunciamento da Corte, o presidente chileno Gabriel Boric valorizou a decisão, afirmando que o país pode ficar tranquilo com a sentença da Corte e que o Chile obteve a certeza jurídica que buscava desde o início do caso. Além disso, Boric reforçou a vontade em seguir fortalecendo os laços bilaterais com a Bolívia. No caso boliviano, as reações ao resultado foram mistas. O presidente boliviano, Luis Arce, e o ex-presidente Evo Morales agradeceram a participação dos embaixadores envolvidos nas negociações e ressaltaram que a decisão ratifica os direitos de soberania do país sobre o Rio Silala. Para distintos atores críticos às figuras presidenciais do MAS, entretanto, o resultado foi visto como negativo. Para o deputado Rolando Cuéllar, representante de uma ala renovada do Movimento ao Socialismo (MAS) e mais crítica a Morales, o processo custou milhões de dólares ao povo boliviano e o ex-presidente deveria ser responsabilizado por ter gerido de forma equivocada o processo judicial durante seu governo. Já para Jaime Aparicio, representante da Bolívia na CIJ em 2020, houve uma “derrota por improviso dos governos do MAS”. Por fim, para o ex-presidente Eduardo Rodríguez Veltzé, antigo representante da CIJ no litígio, “não houve vencedores nem perdedores”.

Fontes: [Emol](#), 01/12/2022; [Página Siete](#), 01/12/2022; [El Deber](#), 01/12/2022.

Governo venezuelano e oposição retomam diálogo em encontros multilaterais

No dia 11 de novembro, os parlamentares Jorge Rodríguez, líder do grupo governista, e Gerardo Blyde, líder do grupo opositor se reuniram no Fórum de Paz de Paris com o presidente francês Emmanuel Macron, com vistas a retomar o diálogo entre as forças opositoras venezuelanas. No encontro, também participaram Gustavo Petro, presidente da Colômbia, e Alberto Fernández, presidente da Argentina, o que marca um importante diferencial no atual processo de aproximação entre o governo e a oposição da Venezuela em relação aos diálogos de 2021. Na semana anterior, o presidente venezuelano Nicolás Maduro já havia se encontrado com Macron, o que causou controvérsia em parte da sociedade civil venezuelana. A aproximação bilateral teve lugar na cidade egípcia de Sharm El Sheikh, no âmbito da realização da COP27, no dia 07 de novembro. Durante o encontro, os dois estadistas abordaram interesses comuns para fortalecer as relações de cooperação entre os dois países. Maduro expressou a sua satisfação pelo restabelecimento das relações com o seu homólogo e pediu ao governo francês que desempenhe um papel importante na região da América Latina. Por sua vez, Emmanuel Macron expressou o desejo de conversar amplamente com o presidente venezuelano e abordou a necessidade do restabelecimento do diálogo entre o governo e a oposição venezuelana. No dia 26 de novembro, alguns dias após o encontro em Paris, Rodríguez e Blyde se reuniram na cidade do México. Com a mediação do governo da Noruega, o encontro marcou a retomada oficial das negociações interrompidas em 2021. A comunidade internacional reagiu de forma positiva à retomada dos diálogos, que foi elogiada pelos governos de México, Colômbia, Argentina, Estados Unidos, França e pela União Europeia. O principal resultado da reunião foi a criação de um fundo de proteção social, a ser administrado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com recursos do Estado venezuelano que estavam bloqueados no exterior - cerca de 2,7 bilhões de dólares. O dinheiro será direcionado para melhorar as condições de vida da população venezuelana. Nessas conversas, a principal demanda da oposição é a organização de eleições presidenciais livres em 2024, enquanto o governo tem como principal questão o levantamento das sanções impostas pelos Estados Unidos. Ainda no dia 26 de novembro, os Estados Unidos anunciaram a suspensão de mais algumas sanções, permitindo que a empresa Chevron importe petróleo e derivados produzidos na Venezuela.

Fontes: [El Nacional](#), 07/11/2022; [El Nacional](#), 08/11/2022; [El Universal](#), 11/11/2022; [O Globo](#), 11/11/2022; [Efecto Cocuyo](#), 12/11/2022; [Estadão](#), 23/11/2022; [Efecto Cocuyo](#), 24/11/2022; [UOL](#), 26/11/2022; [Folha de São Paulo](#), 26/11/2022.

Articulações diplomáticas e posições de países do Sul Global na COP27

Entre os dias 6 e 18 de novembro, ocorreu a COP27 em Sharm-El –Sheik, no Egito. O resultado mais importante foi o acordo que prevê o estabelecimento do fundo de reparação de perdas e danos, visando apoiar os países em desenvolvimento. Além da realização das discussões sobre meio ambiente, o evento foi marcado por outros desdobramentos que foram destaque na imprensa internacional. Um deles foi o encontro entre Xie Zhenhua, negociador ambiental da China, e John Kerry, enviado do presidente dos EUA, Joe Biden, para o Clima, depois de um inter-regno motivado pela visita de Nancy Pelosi a Taiwan. No âmbito do evento, também houve a aproximação dos presidentes venezuelano, Nicolás Maduro, e francês, Emanuel Macron, e um encontro dos líderes da Venezuela, Colômbia e Suriname, em que defenderam a necessidade de proteção da Amazônia e dos movimentos sociais ambientalistas da região. No que tange à participação dos países na COP27, a imprensa de cada nação destacou o discurso de seus representantes. Na Colômbia, foi ressaltado que o presidente Gustavo Petro pediu a organismos internacionais, como o FMI, que substituam as dívidas dos países em desenvolvimento por investimentos em adaptação e mitigação. No Peru, a imprensa destacou o discurso do ministro de Meio Ambiente, Wilbert Rozas, que fez um chamado à comunidade internacional para trabalhar unida para enfrentar as consequências das emergências climáticas. Na mídia paraguaia, foi destacada a apresentação do governo sobre a atualização de seu plano nacional de adaptação e seus planos de mitigação, enquanto na mídia equatoriana salientou-se a busca por defender um modelo baseado no desenvolvimento sustentável e na transição ecológica. Na Rússia, por sua vez, foi destacada a discordância da delegação com o primeiro draft do documento final da COP27, alegando a necessidade de inclusão de cláusulas de apoio aos países em desenvolvimento. Já na África do Sul, a imprensa destacou a proposta de financiamento no valor de US\$8,5 bilhões provenientes das nações desenvolvidas para promover a descarbonização de sua economia.

Fontes: [South China Morning Post](#), 07/11/2022; [Mail & Guardian](#), 07/11/2022; [El Espectador](#), 07/11/2022; [El Nacional](#), 14/11/2022; [Ministério do Meio-Ambiente do Peru](#), 15/11/2022; [El Universo](#), 16/11/2022; [Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Paraguai](#), 17/11/2022; [South China Morning Post](#), 20/11/2022.

Cúpula do G20 é marcada por ativismo chinês e isolamento russo

A 17ª Reunião de Cúpula do G20, realizada em Bali, na Indonésia, entre os dias 15 e 16 de novembro, foi marcada pela participação ativa de representantes chineses e russos. Alguns dos pontos mais marcantes da participação do líder chinês Xi Jinping envolveram encontros bilaterais com os mandatários estadunidense, Joe Biden, e francês, Emmanuel Macron. O primeiro encontro presencial entre Xi e Biden, realizado na véspera da cúpula, possibilitou que os dois tentassem arrefecer parte da animosidade entre Pequim e Washington, que escalou durante a gestão do antecessor de Biden, Donald Trump. Xi reforçou que o apoio à independência de Taiwan é uma das linhas vermelhas que não deve ser cruzada pelo governo estadunidense. Por outro lado, o governante chinês mostrou-se motivado a auxiliar os EUA na busca de um fim da Guerra na Ucrânia. Xi também se reuniu com Macron, com quem discutiu a posição de ambos os países no conflito, uma vez que são contrários ao uso de armas nucleares na guerra. Em contrapartida, chamou atenção a ausência do presidente russo, Vladimir Putin, na Cúpula do G20 e a participação discreta do chanceler Sergei Lavrov, que apareceu isolado durante a realização do evento. Já o ministro russo de Finanças, Anton Siluanov, buscou reforçar a posição russa em áreas estratégicas como energia, exportação de alimentos, saúde e digitalização junto a outros países, como Arábia Saudita e Turquia, e propor alternativas junto aos países que não aderiram às sanções ocidentais. Aliados tradicionais de Moscou, como Xi e o indiano Narendra Modi, apesar de recentemente declararem que se opõem ao uso de alimentos e energia como armas de guerra, mantiveram a posição de não aderir às sanções econômicas ao país. Uma das declarações mais hostis recebidas pela Rússia na Cúpula foi feita pelo presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que participou por vídeo, e se referiu ao encontro como Cúpula do G-19. Na ocasião, reiterou seus apelos para maior apoio da comunidade internacional à Ucrânia. O chanceler russo, por sua vez, criticou os governos ocidentais por criarem obstáculos às negociações de

paz e condenaram o documento lavrado pela maioria dos representantes em apoio ao fim da guerra e pela retirada das tropas russas do território ucraniano.

Fontes: [The Moscow Times](#), 14/11/2022; [TASS](#), 15/11/2022; [TASS](#), 16/11/2022; [RT](#), 18/11/2022; [The Moscow Times](#), 18/11/2022.

Fontes: [Diário do Povo](#), 15/11/2022; [Reuters](#), 15/11/2022; [RT](#), 15/11/2022; [TASS](#), 15/11/2022; [South China Morning Post](#), 16/11/2022; [RT](#), 16/11/2022; [South China Morning Post](#), 20/11/2022.

Avanço ucraniano renova expectativa por abertura russa ao diálogo

As últimas semanas do mês de novembro foram marcadas por um avanço substancial de forças ucranianas sobre territórios ao leste, já ocupados anteriormente pelos esforços de guerra russos. Mesmo após a realização de plebiscito e formalizada a anexação russa de locais-chave na logística do conflito, o sufocamento dessas regiões acabou levando a recuos estratégicos, tendo em vista a contenção de danos. Em 15 de novembro, logo no primeiro dia da Cúpula do G20, realizada em Bali, o chanceler russo Sergey Lavrov citou o conflito com a Ucrânia ao alegar enfaticamente que as negociações quanto ao diálogo advêm do país vizinho. Lavrov lembrou ainda que não são de hoje suas acusações quanto a um suposto sequestro da agenda ucraniana por parte de forças ocidentais lideradas pelos EUA. Apenas três dias depois, as acusações voltaram a ganhar corpo através da denúncia russa de possíveis crimes de guerra cometidos pelas tropas ucranianas. Isso teria se dado através do assassinato de ao menos dez prisioneiros de guerra que estariam sob tortura e teriam se negado a cooperar. Um dia antes do encontro multilateral na Indonésia, o presidente russo Vladimir Putin já havia anunciado que não estaria presente, enviando seu chanceler e outros membros do alto escalão do governo para composição da comitiva. Aproveitando seu tempo dedicado à política interna, Putin enviou uma proposta ao legislativo nacional que visa possibilitar a desnaturalização de cidadãos que se coloquem abertamente antiguerra. Ainda que se trate de algo em caráter embrionário, o fato de ter sido enviado pelo próprio presidente em um período de conflito tem gerado mobilização. Por fim, um incidente ocorrido também no dia 15 de novembro, durante investida russa sobre o oeste ucraniano, acabou levando um míssil desgovernado a atingir uma pequena cidade fronteiriça polonesa. No entanto, o temor mundial pela possibilidade de agravamento das tensões através da ativação do artigo 5º da OTAN foram logo apaziguadas pelo reconhecimento de que o armamento possuía origem ucraniana e que se tratou de um equívoco.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

